

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Promover a generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Diversificar a oferta formativa para os jovens, garantindo o aumento da frequência do ensino secundário, nomeadamente nas vias profissionalizantes	Taxa de escolarização no ensino secundário aos 17 anos	92%	87% (2015/16)	Taxa de conclusão do ensino secundário (vias escolares)	1	72% (2015/16)	Taxa de alunos do ensino secundário em vias profissionalizantes (Dupla certificação)	50%	42% (2015/16)	Oferta de cursos - dimensão da rede do ensino profissional (homologada)	5 750	5 251
Modernizar o sistema de ensino	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Modernização pedagógica assente em recursos educativos digitais; Inovação nas aprendizagens; Plataformas de gestão da informação, monitorização e avaliação; Promoção do desenvolvimento de competências de pensamento computacional e programação informática, a partir do primeiro ciclo.	N de alunos do ensino básico e secundário a frequentar disciplinas/módulos de TIC na escola	602 613	338 723	N de escolas abrangidas por projetos de inovação e qualidade de gestão	600	230	N de professores a frequentar formações na área das TIC e da inovação pedagógica		4027 (em 2016/2017)	N de alunos a participar no projeto de Programação e Robótica no Ensino Básico		64 692
Promover o sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Promover a redução do insucesso escolar por via do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; da generalização da educação pré-escolar a partir dos 3 anos; da progressiva gratuitidade dos manuais escolares formalmente adotados para o ensino básico e secundário; da limitação do número de alunos por turma (em particular nas escolas com dificuldades); da generalização da "Escola a Tempo Inteiro"; da promoção de programas de literacia familiar; e do reforço de mecanismos de ação social.	% agrupamentos de escolas com planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar	100%	99%	Taxa de retenção e abandono no ensino básico	4%	5,9% (em 2017/18 - valor ainda não consolidado)	Criação de novas salas do pré-escolar	600	170	N de crianças abrangidas pela oferta dos manuais escolares	500 000	323 695
Estimular o sucesso escolar no ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Promoção de ações de acompanhamento e modernização pedagógica orientada para a redução do abandono escolar no ensino superior, juntamente com a contratação de jovens docentes doutorados pelas instituições de ensino superior	N.º de docentes doutorados contratados por ano (100/ano)	500	231									
Alargar a base social do ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Reforço da atribuição de apoios sociais a estudantes carenciados do Ensino Superior	N.º de Bolsas atribuídas anualmente (média anual)	70 000	70 692									
Estimular o emprego científico	Qualificação dos portugueses	2	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Novos contratos de investigador/docente para jovens doutorados, proporcionando o rejuvenescimento das instituições científicas e de ensino superior	Novos investigadores/docentes doutorados contratados	5 000	237									
Reforçar a formação vocacional no ensino superior	Qualificação dos portugueses	NA	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Apoiar a formação inicial curta de âmbito superior nos institutos politécnicos, atraindo o maior número de estudantes para os cursos TESP (nível 5 EQF)	N.º de diplomados TESP	20 000	1 963	N.º de novos inscritos TESP	30 000	21 386						
«Portugal INCoDe. 2030 - Iniciativa Competências Digitais» para responder à carência de recursos humanos capacitados em Tecnologias de Informação	Qualificação dos portugueses	2	Promover ganhos de produtividade no tecido empresarial contribuindo para a disponibilização de mais recursos especializados em TICs	Aumentar em 20 000 pessoas a oferta de recursos humanos com competências digitais	Aumento do número de pessoas capacitadas em competências digitais	20 000										
Programa Qualifica - Reforçar a formação e qualificação de adultos	Qualificação dos portugueses	2	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população adulta.	O Programa Qualifica configura uma estratégia integrada de educação e formação de adultos que tem por principais objetivos: 1. Promover a participação de adultos em percursos de qualificação; 2. Expandir em 26% a rede de Centros Qualifica (300 Centros Qualifica até ao final de 2017); 3. Criar um sistema de créditos para o ensino e formação profissionais que possibilite a capitalização coerente de unidades de formação, maior mobilidade e flexibilidade nos percursos formativos e melhor legibilidade e reconhecimento do sistema de ensino e formação profissionais por parte dos diversos atores; 4. Criar o Passaporte Qualifica, instrumento central de valorização e facilitação dos percursos individuais de formação para registo das qualificações obtidas (numa lógica de currículo ou de caderneta), e identificação das competências em falta para completar um determinado percurso de formação.	N.º de adultos inscritos	600 000	138 500	Expansão da rede de Centros Qualifica (até 2017)	300	300	Porcentagem da população adulta (15-64 anos) que concluiu o ensino secundário	50%	48% (2017)	Taxa de participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida	15%	9,6% (2016) ; 9,8% (dados de 2017 ainda provisórios...)
Efetuar o Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	2	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), tendo em vista ganhos de eficiência e aposta em medidas com mais eficácia na criação efetiva de emprego, reduzindo a segmentação do mercado de trabalho	Avaliação dos impactos das políticas ativas de emprego, em particular no que respeita à empregabilidade dos participantes	NA											
Campanha Nacional de informação no âmbito da Garantia Jovem	Qualificação dos portugueses	2	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), procurando alcançar os jovens destinatários da Garantia Jovem, com enfoque nos mais afastados do sistema (não inscritos nos SPE), bem como os jovens que ainda estão a frequentar o ensino secundário e que podem vir a tornar-se NEET num futuro próximo.	Campanhas de sensibilização com o objetivo de assegurar a identificação precoce de jovens NEET, nomeadamente através da plataforma online da Garantia Jovem, e de promover o seu regresso a percursos formativos ou a sua inserção profissional, designadamente através de medidas de estágio.	N.º de visitantes e de inscrições na Plataforma online da Garantia Jovem	732 956	310 700	Novas inscrições na plataforma GJ	54 659	7 450	Nº de jovens abrangidos	625 000	314 700			
Cheque-Formação	Qualificação dos portugueses	2	Promover a ativação dos desempregados, através da melhoria da sua empregabilidade	Promover a formação autónoma dos utentes do IEFP, ativos ou desempregados.	N.º abrangidos	75 000	26 050									
Desenvolver a criação de cooperativas por jovens desempregados/NEET através do Programa COOPJOVEM	Qualificação dos portugueses	2	Promover a ativação dos desempregados jovens	O COOPJOVEM é um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, aplicável ao território de Portugal Continental, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas ou em projetos de investimento que envolvam a criação líquida de postos de trabalho em cooperativas existentes, como forma de desenvolvimento de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do próprio emprego e a definição do trajeto de vida.	N.º abrangidos	2 700	356	N.º de cooperativas criadas por ano	75	4				Novas secções em cooperativas agrícolas	8	
Contrato-Emprego	Qualificação dos portugueses	2	Promover a ativação e a integração sustentável no mercado de trabalho dos desempregados, em particular jovens e desempregados de longa duração, e reduzir os níveis de segmentação do mercado de trabalho	Medida de apoio à criação de postos de trabalho que consiste na atribuição, às entidades empregadoras, de um apoio financeiro à celebração de contratos de trabalho com desempregados inscritoMedida seletiva e orientada para o incentivo da sustentabilidade do emprego, privilegiando os contratos sem termo e reforçando os critérios de criação líquida de emprego, introduzindo ao mesmo tempo uma diferenciação positiva para a criação de postos de trabalho em territórios e destinatários com maior necessidade de apoio.	N.º de postos de trabalho apoiados	15 000 (em 2017); 12 000 (2018)	14 350									
Livro Verde sobre as Relações Laborais 2016	Qualificação dos portugueses	2		Publicação do Livro Verde das Relações Laborais (LVRL), com o objetivo de sistematizar uma análise aprofundada das principais dimensões e indicadores do mercado de trabalho. A publicação do LVRL envolve diferentes serviços e entidades do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social.	NA	NA										
Programa Contrato-Geração	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	2	Promover a ativação dos desempregados jovens e desempregados de longa duração (DLD)	Apoio ao emprego para as empresas que contratem simultaneamente jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, consistindo na concessão de um apoio financeiro por cada contrato de trabalho sem termo celebrado, num mínimo de dois contratos e na dispensa parcial ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social, na parte relativa à entidade empregadora	N.º abrangidos											
Reorientar as políticas ativas do mercado de trabalho	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	2	Promover a ativação sustentável dos beneficiários de políticas ativas.	Ajustar a regulamentação das políticas ativas do mercado de trabalho, no sentido de promover inserções mais estáveis e permanentes no mercado de trabalho, adotando as seguintes orientações: majoração dos apoios aos contratos sem termo, de modo a estimular a criação efetiva de postos de trabalho (prémio-emprego); reforçar a diferenciação positiva em função dos tipos de público; reforçar os mecanismos de acompanhamento dos percursos no mercado de trabalho.	Porcentagem de contratos sem termo apoiados no âmbito das medidas de apoio à contratação	75%	80%	N.º DLD abrangidos em políticas ativas	600 000	238 500	Porcentagem de DLD abrangidos por políticas ativas (no total de DLD registados)	70%	50%			
Estágios Profissionais	Qualificação dos portugueses	2		Apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados através do desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho. Distingue-se das anteriores medidas de estágio por:1. Maior direcionamento para resultados estratégicos, com a criação do prémio-emprego para incentivo da contratação sem termo no fim dos estágios;2. Promoção da eficácia dos apoios concedidos, com introdução de critérios claros e objetivos de análise de candidaturas aos apoios, nomeadamente a eficácia dos apoios concedidos no passado;3. Valorização das qualificações, nomeadamente com diferenciação do valor do apoio dos estágios para os níveis pós-superiores;4. Reforço dos mecanismos de acompanhamento, com a disponibilização de um endereço de correio eletrónico e de contacto telefónico para comunicação direta dos estagiários com o IEFP;5. Reforço dos instrumentos de proteção, com introdução da possibilidade dos estagiários serem ressarcidos das bolsas não recebidas por incumprimento da empresa.	N.º de estágios apoiados	16 000 (2017); 24 000 (2018)	10 300									
Plano Nacional das Artes	Qualificação dos portugueses	NA	Promover a fruição artística a partir de uma acessibilidade generalizada em territórios com défice de oferta cultural e integrada com os programas de formação.	Sensibilização do público escolar para as áreas artísticas (ensino obrigatório) cruzando com o ensino superior (centros de investigação) num processo coordenado com os programas de apoio às artes (na sua dupla missão artística pública desenvolvidas pelas áreas do teatro, dança e música), e em relação com um programa de combate à literacia visual.	Nº de beneficiários	nd	nd	Nº de entidades envolvidas	nd	nd	Nº de Concelhos abrangidos	nd	nd			
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Definição de estratégia médio-longo prazo para o turismo, antecipando o novo Quadro Comunitário de Apoio (2021-2027). Colocar Portugal no centro da sustentabilidade e inovação em turismo.Promover o crescimento sustentável do turismo ao longo de todo o ano e em todo o território, fomentado a criação de emprego qualificado	A ET27 consubstancia uma visão de longo prazo para a atividade turística em Portugal, com objetivos e metas concretas de sustentabilidade económica, social e ambiental, concretizada com ações no curto e médio prazo, assumindo compromissos e estabilidade nas opções e antecipar o novo quadro comunitário de apoio 2021-2027	Criação de um documento Estratégico	1	1									
REVIVE	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Recuperação e valorização do património do Estado e a transformação em ativos económicos; reforçar a atratividade de destinos regionais, a desconcentração da procura e o desenvolvimento turístico regional e nacional	Programa de valorização do património público, através da disponibilização de edifícios em todo o país que se encontram devolutos permitindo que sejam recuperados e neles se desenvolvam projetos turísticos com recurso a investimento privado	Número de concursos de concessão lançados	30	4									
Dinamizar investimento no Turismo - Instrumentos financeiros específicos para o turismo	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Novas formas de financiamento específicas para o turismo; promoção do investimento e requalificação da oferta turística nacional, em especial nas zonas do interior do país	Criação de mecanismos de financiamento para dinamização do investimento no turismo, com especial foco na sustentabilidade, promovendo alargamento do turismo a todo o ano e a todo o território	Instrumentos de financiamento lançados	5	4									
WiFi nos centros históricos	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Dotar os centros históricos com afluência turística de redes wi-fi gratuitas de elevada qualidade; melhorar a experiência do turista e interação com a oferta turística nacional	Implementação de redes wi-fi gratuitas nos centros históricos das principais cidades portuguesas e em zonas de afluência de turistas, por forma a melhorar a experiência de usufruto do património nacional bem como do comércio tradicional dos centros históricos; Contribuir para o desenvolvimento de smart cities e de formas mais sustentáveis de gestão das cidades e dos seus recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento económico.	Centros históricos com wifi gratuito	50	69									
Programa de valorização turística do interior	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Valorizar e incrementar a oferta turística no interior, o seu património e recursos endógenos, melhorando a atratividade e a experiência turística nas regiões do interior	Desenvolvimento de projetos e iniciativas que, através de atividades com relevância para o turismo, concorram para o desenvolvimento do interior e para a coesão nacional	Números de projetos identificados e apoiados	60	110									
All for all	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Capacitar e promover Portugal como destino para todos.Garantir a adaptação de espaços públicos, recursos patrimoniais e de serviços que assegurem a fruição turística a todas as pessoas, incluindo pessoas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes	Promoção de iniciativas que visem a adaptação de espaços, recursos e serviços de interesse turístico a pessoas com necessidades especiais, de modo a garantir um acolhimento inclusivo a todos os turistas, colocando Portugal como exemplo de destino turístico acessível internacional	Adaptação de espaços turísticos ao turismo acessível através da linha de apoio	50	60	Canal no visitportugal dedicado a turismo acessível	1	1	Instrumentos de promoção de Portugal como destino para todos	7	9			
Portuguese Trails	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Diversificar oferta turística. Posicionar internacionalmente Portugal como destino de cycling e walking; desconcentrar a procura turística ao longo do ano e em todo o território	Promoção internacional de Portugal como destino de natureza, com destaque para o cycling e walking, envolvendo estruturação de produtos, promoção externa e apoio à internacionalização das empresas	Criação de plataforma nacional web portuguese trails.com	1	1	Campanha de promoção Portuguese Trails	1	1						
Programa de inovação e digitalização da oferta turística	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Promover a inovação e a digitalização das empresas de turismo por forma a concorrer no mercado global	Acelerar inovação no turismo	Centro Inovação Turismo	1	0	Startups turismo em programas de incubação e aceleração	200	250						
Desenvolver a Investigação&Desenvolvimento&Inovação, através da promoção de agendas mobilizadoras	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Focalizar os apoios à I&D&I em áreas com maior potencial de valorização económica, alinhados com a especialização inteligente	Definição de roadmap de prioridades estratégicas em que se estruturam os Programas de I&D&I mobilizadores entre as universidades/politécnicos e empresas, baseado nas estratégias de especialização inteligente.	NA											
Programa Interface - Promover a transferência de conhecimento para empresas, através de Laboratórios Colaborativos/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D&I	Inovação da Economia Portuguesa	2	Melhorar e aumentar o nível de transferência de conhecimento do mundo académico e científico para o tecido empresarial	Criar e reforçar a capacidade de inovação através de "laboratórios colaborativos" e em empresas, nomeadamente através do apoio ao emprego de recursos humanos qualificados.	Pessoal altamente qualificado contratado por empresas e por Laboratórios Colaborativos (n.º)	1 200		N.º de empresas apoiadas em projetos de co-promoção com entidades não empresariais do Sistema de I&I	1 000	506	N.º de laboratórios colaborativos reconhecidos	6				
Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e equipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Reforçar a capacidade dos centros de investigação, garantindo a produção de conhecimento necessário à inovação, qualificação e internacionalização do tecido económico nacional	Reforço da capacidade dos centros de I&D, das infraestruturas de investigação e apoio a projetos que promovam o aumento da produção científica e tecnológica de qualidade reconhecida internacionalmente	Infraestruturas de investigação apoiadas (n.º)	40	39	Centros de I&D apoiados (n.º)	400	307	N.º de projetos de I&D apoiados	2 000	1 031			

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado	
Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	3	Dinamização de um ecossistema coerente que incentive o surgimento de start-ups e a aceleração do seu crescimento.	Constitui a Estratégia Nacional do Governo para o Empreendedorismo. Pensada a quatro anos, foca-se em três áreas de atuação: Ecosistema; Financiamento e Internacionalização. Mais do que fomentar o espírito empreendedor, a Startup Portugal destina-se a apoiar quem já é empreendedor, a assegurar a longevidade das empresas criadas e garantir que produzem maior impacto em termos de criação de emprego e de valor económico. Destina-se a organizar, desbloquear, promover a partilha de benefícios, boas práticas e recursos, entender onde há falhas regionais e setoriais e colmatar lacunas. Financiamento específico de start-up, investimento na envolvente, incluindo incubadoras e promoção externa das iniciativas nacionais de empreendedorismo e das novas empresas nacionais.	N.º de novos projetos apoiados	1.000	407										
Promover uma política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado.	Até 2019, será implementada uma nova Estratégia do Design e da Moda em Portugal, cujo objetivo é a definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado. Será igualmente criado um novo Centro Português de Design com o intuito de difundir e implementar as mais-valias que daí advêm para a modernização e atualização da indústria, da economia e do País. Este projeto encontra-se em análise e revisão.													
Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa	3	Implementação de um quadro de incentivos fiscais para a Promoção do Empreendedorismo e do incentivo ao investimento em PME em fase de start-up ou nos primeiros anos de atividade designado por Programa Semente.	Utilização de instrumentos alternativos de financiamento que incentivando os investidores a fazerem aplicações diretamente no capital das empresas, quer proporcionando às empresas uma forma de financiamento alternativa ao endividamento, permitindo uma melhor e maior partilha de risco do negócio. Constitui uma das medidas do pilar financiamento da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo - Startup Portugal.	N.º de empresas apoiadas	nd		N.º de investidores	nd		Montante Global de Investimento	nd		Montante Benefícios Fiscais atribuído	nd		
Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa	NA		Promover a inovação das PME, nomeadamente na sua fase nascente, através da definição de critérios de seleção utilizados nas compras públicas, que privilegiem a inovação dos produtos e dos fornecedores.													
Programa Interface - Iniciativa de Apoio aos Centros Interface	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Apoio aos centros de interface tecnológico para capacitação e oferta de serviços de inovação e eficiência energética, promovendo o aumento da competitividade pela integração de pessoal qualificado	Capacitar organizações de interface que têm vindo a garantir a aproximação da Ciência e Economia e melhorar os fluxos de conhecimento entre elas com vista a aumentar a competitividade das empresas portuguesas. Esta medida tem três áreas de ação (reforço do financiamento, recursos humanos e desenvolvimento de novas áreas de competência) e contará com financiamento proveniente dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e de um fundo criado especificamente para Transferência de Tecnologia (FITEC).	Nº de entidades apoiadas	25	28 Centros de Interface reconhecidos	Nº de pessoas integradas	250								
Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	NA		Definir políticas de modo, a apoiar as empresas para aproveitarem as oportunidades de negócio no âmbito da Quarta Revolução Industrial, que se caracteriza, fundamentalmente, pela introdução de um conjunto de tecnologias digitais nos processos de produção. Visa criar as bases de uma compreensão uniforme do potencial da Indústria 4.0 a nível nacional. A Iniciativa Indústria 4.0 tem como objetivos: (i) analisar as experiências nacionais e internacionais; (ii) identificar os desafios e os fatores críticos de sucesso em Portugal; (iii) proceder a recomendações para a transição da indústria portuguesa para a Quarta Revolução Industrial. Até 2020, está previsto um montante de investimento público de quase dois mil milhões de euros para a transformação digital da economia portuguesa, envolvendo 50 mil empresas. 50 em linhas de financiamento para a Indústria 4.0, serão canalizados 414 milhões de euros de fundos estruturais e 331 milhões de euros para apoiar Projetos Âncora de Inovação.	N.º de empresas abrangidas	50 000	6 774	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	62%		(Aguarda-se resultados do último CIS)						
Reforçar o acesso a redes de banda larga	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Garantir níveis elevados de cobertura de redes de fibra ótica e de redes móveis 4G, garantindo que o acesso de todo o território nacional aos mercados digitais	Investimento nas redes de Nova Geração (fibra ótica) e nas redes móveis 4G	Nível de cobertura territorial por redes de nova geração (fibra ótica)	100%	100%	N.º de freguesias adicionais cobertas por rede móvel 4G	1 100								
Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Apoiar projetos de investimento, orientados à captação de IDE, inovação empresarial e internacionalização	Apoiar projetos de investimento, orientados à captação de IDE, inovação empresarial e internacionalização	N.º de candidaturas contratadas (PT 2020)	4 226	3923 (93%)										
Programa Interface - Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Garantir a capacitação das empresas nacionais que fornecem os investimentos -âncora em Portugal, capacitando-as e qualificando-as para tipos e procura mais exigentes e promovendo a sua competitividade internacional	Capacitação e qualificação das empresas nacionais que fornecem os investimentos âncora existentes em Portugal	Aumento das compras, por parte de empresas âncora, a fornecedores nacionais	n.d.	15%-25%	Entidades do sistema científico e tecnológico envolvidas	n.d.	6	Empresas Envolvidas	n.d.	38				
Alargar a base exportadora do país - novas empresas exportadoras e sua capacitação	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Empresas em Ações de Capacitação da AICEP	+150 face a ano anterior		Empresas em Programas de Aceleração da AICEP	+25 face a ano anterior								
Programa de Apoio às Artes	Inovação da Economia Portuguesa	NA	Promover a atividade profissional do terceiro setor de forma alargada, diversificada e sustentada; estimular a inovação enquanto processo criativo e fator de desenvolvimento social e económico; valorizar e dignificar autores e artistas na sua prática profissional e condições de trabalho; garantir o acesso à cultura no território nacional por pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades; fomentar, através da cultura, uma cidadania participada e responsável; promover práticas em colaboração com outras áreas governativas e projetar a cultura portuguesa no plano internacional.	Revisão do modelo de apoio às artes vigente tendo por base uma melhor adaptação à realidade, o atual desenho territorial da oferta, as condições proporcionadas aos agentes nos últimos anos e a compreensão do que constitui hoje o tecido profissional das artes, designado de setor artístico.	Nº de concelhos abrangidos pelo modelo revisto	308	1	Nº de beneficiários (espetadores e participantes) no primeiro ano (2018)	1100000 euros		nº de entidades beneficiárias no primeiro ano (2018)	260	na	nº de projetos apoiados no primeiro ano (2018)	740	na	
Organizar o setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização do território	NA		Revisão do modelo de governação do setor de transportes entre administração central e local, incluindo substituição 500 autocarros e embarcações de transporte público mais sustentáveis até 2018.	Nº de veículos substituídos	500	0	Nº de veículos Contratualizados	500	510							
Descarbonizar a frota de Veículos Leveiros de acesso público	Valorização do território	NA		Aumentar o desempenho ambiental e promover a inovação dos serviços de mobilidade, incluindo a renovação de 1000 veículos ligeiros de acesso público até 2020.	N.º de veículos	1 000	115										
Expandir o Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização do território	NA		Expandir a rede de metro do Porto e de Lisboa (9km até 2020)	N.º km a construir	9	0										
Mobilidade elétrica	Valorização do território	NA		Incentivar a mobilidade elétrica, incluindo a instalação de 2394 postos de carregamento de veículos elétricos até 2020	N.º de pontos de carregamento a ligar à rede MOBI.E	2 394	1 464	N.º de pontos de carregamento contratualizados	2 394	1 868							
Mobilidade suave	Valorização do território	NA		Criar e implementar um plano estratégico para a mobilidade suave, incluindo a disponibilização de 6000 bicicletas em sistemas partilhados até 2020	Nº de bicicletas a disponibilizadas em sistemas partilhados	6 000	400	Nº de bicicletas contratualizadas para disponibilizar em sistemas partilhados	6 000	5 186							
1º Direito	Valorização do território			Proporcionar a pessoas que residam em condições indignas ou desprovidas da habitação em que habitam, o acesso a uma habitação adequada e condigna (8000 fogos até 2020)	Nova oferta de habitação de interesse social financiada (nº fogos contratados)	8000	0	Nº de fogos protocolados	8000	161							
Porta de Entrada	Valorização do território			Proporcionar, de forma célere, eficaz e integrada, alojamento urgente e soluções habitacionais a pessoas desprovidas da habitação em que residam, decorrente de causa imprevisível e/ou insanável pelos próprios, nomeadamente desastres naturais (inundações, sismos, incêndios) e fenómenos de migrações coletivas.													
IFRRU 2020	Valorização do território	NA		Reabilitação de edifícios, fomentando a eficiência energética e sísmica (1800 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios contratados	1 800	2	Nº de edifícios candidatados	1 800	30							
Reabilitar para arrendar	Valorização do território	NA		Reabilitação de edifícios degradados com mais de 30anos, disponibilizando-os em regime de renda condicionada (400 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios a contratados	400	16	Nº de edifícios candidatados	400	126							
Instrumentos para áreas urbanas	Valorização do território	NA		Regeneração de áreas degradadas (2,9 milhões de m2 de espaços públicos; 197 mil m2 de edifícios públicos ou comerciais; 2057 habitações até 2020)	Área de espaços públicos reabilitados (m2)	2 292 483		Área de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados (m2)	197 075		N.º de habitações reabilitadas	2 057					
Fundo Nacional Reabilitação do Edificado	Valorização do território	NA		Reabilitar edifícios degradados (2702 fogos a reabilitar até 2020)	Número de fogos reabilitados	2 702	0	Número de fogos integrados no Fundo	2 702	0							
Casa Eficiente	Valorização do território	NA		Melhorar a eficiência energética de imóveis (10 000 fogos até 2020)	N.º de fogos a melhorar a eficiência energética	10 000	0										
Promover a descarbonização - Living Labs	Valorização do território	NA		Montra de soluções tecnológicas, constituindo casos de estudo de implementação de tecnologia(5 zonas a implementar até 2018)	Nº zonas com soluções tecnológicas implementadas	5	0	Nº zonas com soluções tecnológicas contratualizadas	5	10							
Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização do território	NA		Promover a eficiência energética na Administração Pública	N.º de edifícios da Administração Pública a melhorar ao nível da eficiência energética												
Remover amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos	Valorização do território	NA		Remoção de amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos, incluindo a intervenção em 3.739 edifícios	N.º de edifícios a intervencionar	3 739	166										
Compras públicas ecológicas	Valorização do território	NA		Desenvolver uma estratégia de compras públicas ecológicas até 2020	N.º de Estratégias desenvolvidas	1	1	Portal informativo da estratégia de compras públicas ecológicas	1	1	Grupos de trabalho ativos	21	6	Crítérios de compras públicas ecológicas publicados	21	0	
Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos	Valorização do território	NA		Aumento do tratamento de resíduos urbanos por processo mecânico e biológico (atingir 46% de resíduos urbanos processados em TMB até 2020)	% de resíduos urbanos processados em TMB	46%	41%										
Política dos 3R	Valorização do território	NA		Prevenção e Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos(reduzir para 35% a taxa de deposição de RUB em aterro; aumentar para 50% a taxa de preparação para reutilização e reciclagem até 2020)	Taxa de deposição de RUB em aterro	35%	41%	Taxa de preparação para reutilização e reciclagem	50%	38%							
SIGRE	Valorização do território	NA		Aumento da concorrência ao nível das sociedades gestoras de resíduos de embalagens(criar mais uma entidade gestora até 2017)	Entidades gestoras a criar (até 2017)	100%	100%										
Fiscalidade Verde	Valorização do território	NA		Revisão da Fiscalidade Verde	Rever a Fiscalidade Verde (alterações legislativas)	nd	7										
Plano Ferrovia 2020	Valorização do território	NA	Aumentar a orientação exportadora da economia portuguesa	Construção e/ou modernização de 1200 km (907 km até 2020) de linhas ferroviárias, garantindo a conectividade territorial, interna e internacionalmente	km de linha construída/remodelada	907	219										
Desenvolver a atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização do território	NA		Construção e requalificação da rede de regadio em Portugal, promovendo a competitividade e sustentabilidade da agricultura e a preservação dos territórios e respetivas populações	Áreas cobertas por infraestruturas de regadio construídas ou melhoradas (ha)	88 000											
Valorizar o potencial económico do interior	Valorização do território	NA		Criação de um sistema de incentivos a atividade empresarial nos territórios de baixa densidade (SIZ2)	Dotação disponibilizada em concurso	320 000	196 873	Candidaturas submetidas		8 906							
Janela Única Logística (JUL)	Valorização do território	NA	- Aumentar a eficiência das cadeias logísticas e as economias de escala entre os portos e os clientes finais- Simplificar e desmaterializar os procedimentos nos transportes- Ajudar a maximizar a utilização das infraestruturas nacionais para o transporte de mercadorias- Potenciar a intermodalidade e a utilização de transportes mais amigos do ambiente	- Implementar a Janela Única Logística que, como evolução e extensão natural da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação da cadeia logística, integrando os meios de transportes terrestres e a ligação aos portos secos, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines	Nº de Portos com a JUL implementada	5	nd	Nº de Terminais Ferroviários no hinterland integrados	8	nd	% dos contentores despachados na JUL	98%	nd				
Estratégia de Aumento da Competitividade Portuária - Horizonte 2026 (anterior Plano Portuário 2020)	Valorização do território	NA	Modernização dos portos nacionais e melhoria das acessibilidades marítimas contribuindo para a competitividade económica de Portugal nas seguintes dimensões, na próxima década: alavancagem das exportações, aumento da atividade industrial e tecnológica nos portos, criação de emprego qualificado	Adequar infraestruturas e equipamentos ao aumento da dimensão dos navios e da procura- Melhorar das condições de operacionalidade das unidades portuárias- Criar nos portos plataformas de aceleração tecnológica e de novas competências; Criar condições para o desenvolvimento do negócio da marinha mercante; Cerca de 83% do investimento será de origem privada	Criação de empregos	12 000	nd	Total de investimento a realizar (nota: 83% privado)	2.500 ME	nd	Crescimento da carga total	88%	nd	Crescimento da carga contentorizada	200%		

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado	
Promover o transporte marítimo e o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização do território	do NA	Melhoria das condições para o desenvolvimento da marinha mercante, gerando maior competitividade da economia e novos empregos	Medida SIMPLEX-Melhorar o contexto de mercado para o desenvolvimento do negócio da marinha mercante:- Criação da Tonnage Tax alteração do regime fiscal aplicável ao registo de navios- Simplificar os serviços públicos marítimos- Aumentar o registo de navios- Valorizar os recursos humanos e o conhecimento marítimo	Aumento do registo de navios com pavilhão nacional	Crescimento anual de 20%		Aumento das contribuições para a segurança social	Crescimento anual de 30%								
Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas	Valorização do território	do NA	Contribuição para o reforço da segurança energética, diminuição da dependência energética, contribuição para a descarbonização da economia, criando novas indústrias competitivas e novos empregos através do aumento das exportações de tecnologia de energias renováveis oceânicas	Propor políticas públicas que rentabilizem o investimento efetuado e a realizar na Investigação&Desenvolvimento (I&D) e Inovação nas energias renováveis oceânicas (eólica offshore flutuante e ondas), tendo em vista a formulação de um modelo de financiamento sustentável e a industrialização competitiva do sector. Fomento da atividade industrial e do desenvolvimento da inovação tecnológica na rede portuária e de estaleiros nacionais, revitalizando a construção naval com a criação de um cluster exportador das energias renováveis oceânicas.	Criação de novo VAB	280M€	nd	Criação de novos empregos	1 500		Atração de investimento	254M€	Melhoria na balança comercial	119M€			
Observatório do Atlântico (anterior Centro de Excelência do Atlântico)	Valorização do território	do NA	Criação um centro internacional para o conhecimento e exploração sustentável dos recursos oceânicos, que incentive a cooperação na I&D entre universidades e o sector empresarial	Ser o Centro de Investigação, Monitorização e Transferência de Conhecimento de referência internacional para o atlântico e especialmente o mar profundo. Ter como um dos eixos principais a investigação aplicada aos desafios da nova economia do mar. Maximizar a posição geoestratégica de Portugal no Atlântico, reforçando as mais-valias dos seus recursos naturais. Maximizar os Recursos Humanos especializados existentes em Portugal nesta componente do estudo do Oceano, com uma forte ligação ao setor produtivo. Potenciar parcerias internacionais já existentes e desenvolver novas	Unidades de conhecimento transferidas para a sociedade (até 2021)	5	nd	Nº projetos I&D (até 2021)	10	nd	Nº de parcerias internacionais (até 2021)	10	nd				
Fundo Azul	Valorização do território	do NA	Fundo para a promoção e inovação da economia do mar, promovendo a criação de start-ups e de modelos de negócio assente no conceito de economia circular do mar	O Fundo para o desenvolvimento da economia do mar, a investigação científica e tecnológica, a proteção e monitorização do meio marinho e a segurança marítima, através de financiamento de entidades, atividades ou projetos que cumpram os seguintes objetivos:a) No âmbito do financiamento ao desenvolvimento da economia do mar:i) Apoio a start -ups tecnológicas da nova economia do mar;ii) Apoio às atividades económicas ligadas ao mar, designadamente no âmbito dos auxílios à formação, ao acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento, à investigação, desenvolvimento, e inovação;iii) Dinamização de instrumentos de reforço ou de financiamento de capital próprio ou de capital alheio e de partilha de risco;iv) Ações para proteção e desenvolvimento da segurança alimentar e alimentação escolar;v) Apoio à promoção das energias renováveis; b) No âmbito do financiamento à investigação científica e tecnológica do mar:i) Novas linhas de investigação científica e tecnológica aplicadas às prioridades das políticas públicas para o mar;ii) Desenvolvimento tecnológico para a economia do mar e da biotecnologia;iii) Transferência de conhecimento na área das políticas públicas e economia do mar;iv) Investigação aplicada, em parceria com a indústria;v) Atualização nas áreas da investigação e do desenvolvimento tecnológico para a economia do mar; c) No âmbito de financiamento da monitorização e proteção do ambiente marinho:i) Garantir o bom estado ambiental do domínio público marítimo;ii) Prevenção e combate à poluição do meio marinho;iii) Proteção ou recuperação de ecossistemas e biodiversidade marinha;iv) Resposta a situações de emergência de salvaguarda dos interesses nacionais marítimos;v) Consciencialização social sobre a importância do mar; d) No âmbito da segurança marítima, salvaguardar a vida humana no mar.	Percentagem de contratualização anual do Fundo	100%	nd	Percentagem de execução anual do Fundo	75%	nd							
Melhorar as condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias	Valorização do território	do NA	Promover uma pesca sustentável baseada no conhecimento científico em parceria com Universidades;Criar condições para melhorar a competitividade do setor, simplificar procedimentos, valorizar o pescado e aumentar o valor acrescentado e garantir o emprego;Diversificar as atividades marítimas para dinamizar as comunidades piscatórias locais	Criação de emprego, incentivo à saúde e segurança e inovação através de parcerias entre pescadores e comunidade científica.Promover uma pesca sustentável e competitiva baseada no conhecimento científicoModernizar a frota e sua eficiência energéticaValorizar o pescado e reforçar o papel das Organizações de Produtores Dinamizar a indústria transformadora	Valorização do pescado na primeira venda	Até 5% ao ano	15% (2016)	Projetos de transformação e comercialização	76	23	Projetos de desenvolvimento das comunidades locais (DLBC)	16	12	Projetos de reforço de transferência de conhecimento desenvolvimento tecnológico e eficiência energética	555	n.d.	
Apostar na Aquicultura	Valorização do território	do NA	Aumentar a produção aquícola de forma sustentável; Reforçar a inovação e transferência de conhecimento na aquicultura; Aumentar a viabilidade das empresas aquícolas incluindo a melhoria das condições de trabalho; Simplificar o processo de licenciamento da atividade	Investimentos produtivos, aconselhamento e inovação com a comunidade científica. Desenvolver novos projetos. Melhorar a viabilidade e competitividade dos existentes através a diversificação da produção e práticas mais intensivas e sustentáveis. Reforçar o desenvolvimento tecnológico a inovação e transferência de conhecimentos	nº de projetos de investimento e inovação	100	79	Aumento da produção	mais 10 mil toneladas até 2020		Criação de emprego	mais 100 novos postos de trabalho					
Dinamização turística das casas de abrigo e casas florestais	Valorização do território	do NA	Reabilitação, valorização e rentabilização do património público fechado e sem uso	Criação de rede das casas de turismo de natureza devolutas em todas as áreas protegidas e criação de fundo imobiliário para colocação no mercado para dinamização turística	Criação do fundo de investimento imobiliário Turismo Natureza	1	1	Dinamização da rede casas Turismo Natureza	40 imóveis	0							
Políticas activas para a gestão participativa e colaborativa de áreas protegidas	Valorização do território	do NA		Conceber e concretizar um novo modelo de gestão participativo e colaborativo para a gestão de áreas protegidas de âmbito nacional.	Número de ações executadas ao abrigo do protocolo de colaboração do Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do PNPTI	8	1										
Políticas ativas de conservação da natureza	Valorização do território	do NA		Melhoria do estado de conservação de habitats e espécies e promoção da biodiversidade a nível nacional	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos (Hectares contratualizados)	1 500 000	2 750 780	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação (Hectares contratualizados)	200 000	129 105	N.º de campanhas, ações ou estudos de sensibilização e informação	511	227				
Defesa do Litoral	Valorização do território	do NA		Melhoria da resiliência do litoral face às alterações climáticas, promovendo a valorização do litoral e dos seus ecossistemas naturais	Extensão da faixa costeira contratualizada (km)	50	65	Lançamento dos projetos para assegurar a gestão de informação, o conhecimento e a monitorização continuada no litoral (N.º)	3	1	Extensão da faixa costeira intervencionada (km)	50	20				
Rios e zonas inundáveis	Valorização do território	do NA		Gestão dos riscos de cheia e de inundações, incluindo sistemas de previsão e de alerta (25 intervenções em zonas de risco identificadas)	N.º de intervenções em zonas de risco identificadas concluídas	25	0	N.º de intervenções em execução	25	10							
Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)	Valorização do território	do NA		O PNCT promove medidas de desenvolvimento dos territórios do interior, numa abordagem interministerial (que resulta da articulação da ação de vários ministérios e em particular dos seus serviços desconcentrados) e em articulação com os parceiros da concertação social e com os agentes presentes no território, nomeadamente as autarquias locais, as comunidades intermunicipais, as instituições do ensino superior, as associações empresariais, as empresas e as associações de desenvolvimento local. O PNCT desenvolve-se em torno de cinco objetivos e eixos: Um território interior i) + Coeso; ii) + Competitivo; iii) + Sustentável; iv) + Conectado; v) + Colaborativo. Cada eixo desenvolve-se através de um conjunto de medidas. No total integra 164 medidas.	Número/% de medidas executadas		105 medidas/64%	Número/% de medidas em curso		35 medidas/21%							
Acelerar a transição para uma economia circular	Valorização do território	do NA		Desenvolver, implementar e comunicar o Plano Nacional de Ação para a Economia Circular (PnAEC), impulsionando o uso eficiente e suficiente dos recursos mobilizados na economia, gerando ganhos de produtividade material, ambiental e emprego.	N.º de ações do PnAEC em curso	7	3	Nº de agendas regionais para economia circular	5	0	Nº de avisos/apoio do Fundo Ambiental para a Economia Circular	10	4				
Sistema de informação cadastral simplificada	Valorização do território	do NA	Promover uma adequada gestão e um melhor controlo, planeamento e apoio à decisão sobre a ocupação e uso do território, através da agregação da informação registal, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios.	Levantamento e comunicação de informação cadastral simplificada, por parte de proprietários, autarquias locais e outras entidades públicas com competência de natureza territorial, com vista a permitir definir, junto das entidades públicas, a localização geográfica dos prédios rústicos e mistos.	Área de terreno, em hectares, com representação gráfica georreferenciada nos 10 municípios incluídos no Piloto BUPI	14 500	2 671										
Apoiar os custos de arborização. Compensação pela perda de rendimento agrícola pela criação e manutenção de florestação.	Valorização do território	do NA		Promover a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, melhorando os ecossistemas através da constituição de zonas arborizadas com espécies bem adaptadas às condições locais que contribuam para o aumento da capacidade de sequestro de carbono e para proteção dos recursos naturais (solo, da água, do ar e da biodiversidade)	Área a apoiar (ha)	16 745	1 985										
Apoiar os custos de implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	Valorização do território	do NA		Promover a criação de sistemas agroflorestais, nomeadamente montados, sistemas que combinam a silvicultura com práticas de agricultura extensiva, reconhecidos pela sua importância para a manutenção da biodiversidade e pela sua adaptação às áreas com elevada suscetibilidade à desertificação.	Área a apoiar	2 372	599										
Apoiar a prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território	do NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos, incluindo sinalização de infraestruturas; II Intervenção com escala territorial relevante - Prevenção contra agentes bióticos e instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, incluindo sinalização de infraestruturas.	Área a apoiar (ha)	230 000	131 662										
Apoiar a reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território	do NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos. Intervenção com escala territorial relevante - Ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais, ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, em áreas identificadas pelas entidades competentes	Área a apoiar(ha)	95 000	29 353										
Apoiar investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Valorização do território	do NA		Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas;intervenção com escala territorial relevante - Realização de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de quercíneas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecológica desajustadas.	Área a apoiar (ha)	71 544	22 432										
Melhoria do valor económico das florestas	Valorização do território	do NA		Promoção de ações que visem aumentar o valor económico e a competitividade dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos, apoiando sistemas que assegurem a harmonização da produção com a manutenção da biodiversidade e salvaguarda de valores ambientais, tendo em conta os princípios da gestão florestal sustentável. Incluem-se nesta ação incentivos à produção de plantas desde que destinados às necessidades da própria exploração florestal. O apoio à recuperação de povoamentos em manifesta subprodução, através da sua substituição por plantas melhor adaptadas às condições locais. Através da utilização de novas tecnologias que assegurem o sucesso da rearborização, ou ainda através da realocação geográfica do povoamento em estação adequada, apoiando-se o arranque de espécies implantadas em locais desadequados.	Área a apoiar (ha)	120 000	33 074										
Apoiar os investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	Valorização do território	do NA		A medida visa apoiar investimentos que permitam o aumento do valor dos produtos florestais, através de: criação e modernização das empresas florestais; adaptação às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos, participação dos produtores florestais, novos produtos, processos e tecnologias e processos de certificação, integração no mercado, numa gestão eficiente dos recursos, no uso de energias renováveis, desde que pelo menos 70% produção de energia seja para consumo próprio. Os investimentos a apoiar serão: equipamento e tecnologias de colheita, mobilização, concentração, triagem e comercialização e primeira transformação de produtos florestais como sejam madeira, resina, gomas e respetivas operações complementares. As operações de exploração florestal até à transformação industrial incluem o abate, desrama, descasque, toragem, recheia, carga e descarga, medição e pesagem, transporte.	Montante do apoio (euros)	Despesa realizada											

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Instrumento de gestão e mobilização do património rústico fundiário do Estado (antigo Banco de Terras)	Valorização do território	do NA		É criado um Banco de Terras, onde será incorporado todo o património rústico do Estado e o património rústico sem dono conhecido, que vier a ser identificado. Todas as propriedades que forem incorporadas sem dono conhecido não poderão ser cedidas ou transacionadas durante um período de 15 anos. O Fundo destina-se à aquisição de novo património, que será integrado, por sua vez, no Banco de Terras e disponibilizado para venda ou arrendamento a agricultores, preferencialmente jovens, e a outras entidades, designadamente EGF quando se tratar de património com vocação florestal.	nd	nd										
Criar o Regime de Incentivos Fiscais (Atividade Florestal)	Valorização do território	do NA		É aprovado um regime de incentivos e isenções fiscais, aplicável às EGF e respetivos sócios, através da redução das taxas sobre os lucros provenientes da atividade florestal e de um conjunto de benefícios fiscais em sede de IRC, IRS, IMT, Imposto de Selo e Mais-Valias, além de contemplar uma redução de 75% do valor dos emolumentos para atos de registo de propriedades rústicas destinadas à exploração florestal.	nd	nd										
Criar Entidades de Gestão Florestal	Valorização do território	do NA		É criado um regime de entidades exclusivamente vocacionadas para o setor florestal, que deverão integrar uma área mínima de 100 hectares, da qual pelo menos 50% deverá ser constituída por propriedades com área inferior a 5 hectares. Estas entidades beneficiarão de acesso preferencial a propriedades integradas no Banco de Terras e terão igualmente acesso a regime específico de benefícios fiscais.	nd	nd										
Reorganizar o setor das águas	Valorização do território	do NA		Reversão das agregações dos sistemas multimunicipais, nas situações em que esta foi imposta aos municípios, e melhoria da eficiência nos sistemas municipais ou intermunicipais.	Número acumulado de municípios reorganizados (altas) - ano de referência: 2015	nd	58	Número acumulado de municípios reorganizados (baixas) - ano de referência: 2015	nd	0	Índice de melhoria nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) - Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta - ano de referência: 2015	80%	79%	Índice de melhoria nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) - Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa - ano de referência: 2015	80%	68%
Interligações Internacionais Rede Elétrica	Valorização do território	do NA	Aumento da produtividade da economia nacional por via da rentabilização do investimento no setor energético e redução dos preços por diminuição de falhas de mercado por eliminação das barreiras e estrangulamentos logísticos.	Promover o reforço das interligações energéticas entre Portugal e os seus vizinhos	Capacidade instalada de interligação internacional da rede elétrica - 1 000 MW	Início da construção da nova interligação com Marrocos (Algarve - 1000 MW)										
Revisão e Descida dos Preços do Mecanismo de Garantia de Potência	Valorização do território	do NA	Reduz custos sobre consumidores de energia, introduz transparência e competitividade no mecanismo e garantia de potência e combate eventuais rendas excessivas	Introduz um mecanismo de mercado (leilão) na atribuição de compensação pela garantia de Potência e deterina, após consulta informada aos regulador setorial e à entidade responsável pela gestão do sistema, as reserva de capacidade e custo máximo para o sistema.	Poupança com os custos do mecanismo de garantia de potencia - incentivo à disponibilidade (Atribuição de reserva de capacidade em leilão)	Obter a reserva de capacidade identificada até ao preço limite fixado (substancialmente inferior ao valor histórico dos últimos anos)	Poupança de 7,2 Milhões de euros relativamente ao ano de 2016									
Reforçar o peso da produção de eletricidade via energia solar não subsidiada	Valorização do território	do NA	Pressionar o preço da energia elétrica no sentido da redução dos encargos sobre empresas e consumidores reforçando investimento em zonas menos desenvolvidas	Prioridade à instalação de capacidade de produção de energia elétrica com base solar sem tarifa apoiada em regiões menos desenvolvidas mas com o maior potencial fotovoltaico	Nº de MW de Licenças de Produção Atribuídas com Caução Paga	Aumentar peso da produção de energia solar, sem feed-in tariff, no mix energético nacional	721 MW									
Criar o Operador Logístico de Mudança de Comercializador de Energia "Poupa Energia"	Valorização do território	do 4	Ganhos de competitividade por via de estímulo ao bom funcionamento do mercado	Reduzir barreiras à mudança de operador energético com recurso a uma plataforma digital com informação integrada e respetiva prestação de serviços contribuindo para a redução de eventuais rendas excessivas por posição dominante e assimetria de informação.	Evolução das mudanças de comercializador e acesso à informação comparativa	Nº de utilizadores/ Nº de simulações Garantir a relevância do OLMC "Poupa Energia" no universo das decisões tomadas pelos consumidores de energia	Nº de utilizadores - 73 957 / Nº de Simulações - 93 932									
Criar e Regular o Fundo dos Recursos Geológicos	Valorização do território	do NA	Permitir acesso a capital a um setor historicamente sem acesso ao setor bancário	Criação de um fundo capaz de se constituir como instrumento de facilitação do acesso ao financiamento da atividade extrativa nas suas várias fases	Fundo dos Recursos Geológicos	1	nd									
Eliminar as barreiras à concorrência na logística e armazenamento dos combustíveis	Valorização do território	do 4	Ganhos de competitividade por via de estímulo ao bom funcionamento do mercado	Unbundling do mercado dos combustíveis introduzindo condições para a real competição no setor com a construção de um canal físico não proprietário, e oferta de armazenamento, possibilitando o acesso de todos os agentes à importação e utilização das infraestruturas logísticas nacionais.	Oleoduto independente em Sines	Criação da ligação do oleoduto - que une atualmente a refinaria de Sines ao armazenamento de Aveiras - ao Porto de Sines										
Dinamizar o setor extrativo	Valorização do território	do NA	Diminuir dependência externa e conferir maior sustentabilidade à economia nacional.	Ampliação da capacidade extrativa em minas como a de Neves Corvo e abertura de novas minas.	Nº de novos Licenciamentos Mineiros	nd	nd									
Políticas de ordenamento do território	Valorização do território	do NA	NA	Atualizar e implementar as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional	N.º de relatórios produzidos no âmbito da alteração do PNPOT	3	2	N.º de sessões públicas promovidas no âmbito da alteração do PNPOT	25	15						
Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)	Valorização do território	do NA	Estabelecer uma intervenção integrada que promova o desenvolvimento sustentável do território, constituindo-se como uma visão de futuro para o território, com a identificação das prioridades e linhas de atuação e definição das principais linhas de intervenção estratégica para o desenvolvimento, competitividade, coesão e sustentabilidade da região do Pinhal Interior.	O PRPI constitui um instrumento de orientação para a administração central e local para a região do Pinhal Interior, no horizonte temporal de 2022, assumindo uma visão clara para o território, indo ao encontro das aspirações dos seus habitantes: Pinhal Interior, uma região resiliente, empreendedora e que constrói um futuro mais coeso e sustentável. A visão é suportada pelos seguintes objetivos: (i) Promover o ordenamento sustentado do espaço rústico; (ii) Reforçar a segurança das populações e a proteção dos espaços florestais, através da implementação de estratégias de redução de riscos coletivos; (iii) Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económico e social das regiões afetadas. Os objetivos enquadram-se em 3 eixos de intervenção: Eixo I – Espaço rústico ordenado, resiliente e sustentável; Eixo II – Prevenção estrutural dos incêndios rurais e Eixo III – Território atrativo, competitivo e inovador. O PRPI desenvolve de forma integrada um conjunto de medidas e ações, de forte cariz experimental e piloto, capitalizando as complementaridades e sinergias destes territórios e envolvendo os agentes presentes no território, em particular as autarquias locais associadas nas comunidades intermunicipais, as instituições de ensino superior, as associações empresariais, as empresas, as associações de desenvolvimento local e as pessoas. Concretiza-se em 55 medidas.	Número/% de medidas iniciadas ou em execução		22 medidas/40%									
Reforçar a segurança das populações	Valorização do território	do NA	Promover uma maior eficácia na prevenção e na resposta a situações de emergência	Criar sistemas que capacitam a comunicação com populações, ao nível da prevenção e aviso de risco	Nº de Canais de comunicação com as populações	5										
Reforçar a Rede SIRESP	Valorização do território	do NA	Assegurar uma maior eficácia nas comunicações da rede SIRESP	Reforçar a resiliência e resposta a catástrofe da Rede SIRESP	Nº de Estações Base com redundância da rede de transmissão	451		Nº de geradores móveis em prontidão	18		Nº de Estações Móveis em prontidão, geridas pela ANPC	6	2			
Reforçar meios e infraestruturas (Proteção Civil)	Valorização do território	do NA	Conferir maior capacidade de resposta operacional	Reforçar os meios operacionais e modernizar infraestruturas do sistema de Proteção Civil	Nº de EPI's	1 750		Nº de viaturas	75		Nº de infraestruturas de âmbito regional a modernizar	3				
Criar um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público	Modernização do Estado	do 4	Promover a inovação na Administração Pública	Criação de um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público; 2018.03.23 desenvolvimento de 3 projetos novos por ano	Criação do Laboratório	Criado em 2017	1	Número de projetos testados	desenvolvimento de 3 novos projetos por ano	5	2					
Simplificar a contratação pública para favorecer a inovação	Modernização do Estado	do 5.1	Adequação da contratação pública no sentido de favorecer projetos inovadores para Administração Pública	Aproveitar a transposição de novas diretivas da contratação pública para na revisão do Código dos Contratos Públicos encontrar soluções que facilitem a contratação de projetos inovadores pelos organismos públicos. Medida SIMPLEX+	Número de projetos inovadores	35	nd									
Startup Simplex	Modernização do Estado	do 4	Estimular a inovação e o empreendedorismo na sociedade, de que beneficiem as entidades públicas	Apoiar ideias inovadoras de negócio para serviços e produtos que simplifiquem a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com os serviços públicos Medida SIMPLEX+	Número de projetos	30	3									
SIMPLEX +	Modernização do Estado	do 4	Tornar o Estado mais eficiente aos níveis central, regional e local, simplificando os procedimentos administrativos e a legislação.	Retomar o SIMPLEX como um programa nacional único com medidas que têm como objetivo central tornar mais simples a vida dos cidadãos e das empresas na sua interação com os serviços públicos, contribuindo para uma economia mais competitiva e para reforçar a relação de confiança entre os cidadãos e o Estado	Simplificar e modernizar procedimentos administrativos e de atendimento no sentido de tornar mais simples e mais próxima a relação dos cidadãos com o Estado, bem como reduzir encargos administrativos e custos de contexto para as empresas.	10%	nd	Taxa de execução do Simplex+	90% (Simplex+2016)							
Estratégia TIC 2020	Modernização do Estado	do 4	Estratégia de racionalização da função informática na Administração Pública	Racionalização e concentração da função informática na Administração Pública central, aproveitando os benefícios da economia de escala, com ganhos de eficácia e de eficiência	Concentração da prestação de serviços TIC numa entidade (exceto defesa e segurança) por departamento governamental	100%	100%	Reinvestimento das poupanças TIC operacionais em novos projetos	5%	0%						
Digitalização e disponibilização de acervos de arquivos e bibliotecas on line	Modernização do Estado	do NA	Constituir uma rede de preservação digital em articulação com o programa Ciência aberta e desenvolver uma plataforma de gestão de conteúdos open source. Investir num programa de digitalização das coleções que permita a acesso democrático à informação, otimizando os recursos existentes. Disponibilizar serviços centrados nas necessidades da comunidade.	Construir estruturas sociais e tecnológicas que processem, acessibilizem e promovam a disseminação e fruição de conteúdos culturais.	Desenvolvimento da rede e plataforma de preservação digital	nd		Taxa de crescimento de novas parcerias/adeseões	10%		Nº de Imagens disponibilizadas on line	10%		desenvolvimento da prestação de serviços digitais colaborativos	10%	
Projeto Balcão Único do Emprego	Modernização do Estado	do NA	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), designadamente em termos de (i) preenchimento de lacunas em matéria de canais digitais; (ii) eficiência na correspondência entre candidatos a emprego e potenciais empregadores; (iii) qualidade do serviço de aconselhamento a cidadãos desempregados; (iv) eficácia dos serviços destinados a empregadores	Concentração progressiva, num único espaço, físico ou virtual, de todas as interações dos cidadãos desempregados nos processos de procura ativa de emprego, bem como dos empregadores nos processos de seleção e contratação de novos trabalhadores (medida SIMPLEX +)												

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Modelo de Acompanhamento Personalizado para o Emprego	Modernização do Estado	NA	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), em particular no que respeita à qualidade do serviço de aconselhamento a cidadãos desempregados, em particular desempregados de longa duração	Sistema de acompanhamento integrado, centrado no beneficiário das prestações de desemprego, que se materializa na obrigatoriedade de os serviços públicos de emprego desenvolverem atuações técnicas de contacto com os beneficiários e de estes, de forma proactiva, promoverem diligências de procura de emprego	NA	NA	NA									
Integrar processos de licenciamento no BdE	Modernização do Estado	4	Simplificação dos processos de licenciamento e concentração dos serviços eletrónicos num único ponto de contacto	Facilitação do ambiente empresarial por via da concentração dos serviços eletrónicos e comunicações ao Estado num único ponto, reduzindo assim os encargos das empresas na obtenção de informação e submissão diferenciada de serviços eletrónicos nos portais públicos.Medida SIMPLEX	N.º de pedidos submetidos pelo BdE (valor acumulado)	130.000	165.000	N.º de processos de licenciamento desmaterializados (valor acumulado)	130	203	Redução dos prazos médios dos processos de licenciamento no BdE	15%		Redução de custos das taxas de licenciamento ambiental	25%	Redução já aplicada aos 45 processos integrados (40,2% das taxas cobradas no LUA)
Plataforma do Mar	Modernização do Estado	4	Aceleração dos processos administrativos e de licenciamento, reduzindo os custos de contexto para o desenvolvimento da economia do mar	- Ponto de acesso único a toda a informação e processos de licenciamento relacionados com a atividade económica em meio marinho. Lançamento com a agregação dos serviços das seguintes áreas: Aquicultura-Mergulho profissional- Embarcações e marítimos- Náutica de recreio- Pesca- Medida SIMPLEX+. Em 2017	Nº de serviços agregados	21	21									
Simplificar o licenciamento da aquicultura	Modernização do Estado	4		Criação no Balcão Único Eletrónico de um processo simplificado de licenciamento da Aquicultura.Medida SIMPLEX+	ND											
Diversificar os meios de pagamento de obrigações contributivas repetidas e periódicas dos cidadãos e empresas	Modernização do Estado	4		Disponibilizar meios de pagamento automatizado (por exemplo, de débito em conta bancária) das obrigações contributivas periódicas e repetidas dos cidadãos e agentes económicos junto da Administração Pública.Medida SIMPLEX+	Porcentagem de DUC cobrados através de Autorização de Débito em Conta	5%	6817 adesões até 23.03.2018									
Redinamizar a RIMA (Reunião Interministerial para a Modernização Administrativa)	Modernização do Estado	4	Melhorar a qualidade da legislação; Reduzir o stock legislativo; Facilitar o acesso à legislação.		n.º de atos legislativos revogados	400	2 270	Nº de projetos com vista à facilitação do acesso à legislação	2 por ano	1						
Aplicar o "Teste PME" (Custa Quanto)	Modernização do Estado	4	Aplicar de uma forma verdadeiramente efetiva o "teste PME" e desenvolver estudos de impacto de forma sistemática.	Relativamente à medida Custa Quanto (inscrita no Programa Simplex+2016), consiste na implementação de uma metodologia de avaliação de impacto económico dos atos legislativos propostos pelos membros do Governo, focada na variação dos encargos administrativos. Através deste mecanismo, pretende-se medir o impacto dos diplomas aprovados pelo Conselho de Ministros na vida dos cidadãos e das empresas, com particular destaque para as pequenas e médias empresas (PME). Neste contexto, importa relembrar a exigência de parecer obrigatório da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa relativamente a todos os projetos legislativos que envolvam o aumento de encargos administrativos ou outros custos de contexto ou, que, de qualquer outra forma, aumentem os encargos para as empresas, em especial, as PME.	n.º de horas empregues no cumprimento de exigências administrativas monetizadas											
Implementar o princípio saldo positivo - Revoga +	Modernização do Estado	NA	Promover a revogação de mais atos legislativos do que aqueles que são aprovados por área de governação.	A medida Revoga+ (inscrita no Programa Simplex+2016) visa assegurar a redução sistemática e setorial do stock legislativo, através da revogação de mais atos legislativos do que aqueles que são aprovados, por área da governação.Adicionalmente, a medida compreende ainda um exercício de revogação sistemático de legislação que deveria estar formalmente revogada, desde 1976.	Saldo de diplomas publicados e revogados	50			1 ano por semestre							
Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas	Modernização do Estado	NA	Melhorar a qualidade legislativa e acessibilidade pelo cidadão	Entre outras vertentes que concorrem para o propósito de simplificação de legislação e da garantia da estabilidade e da previsibilidade normativas, importa salientar as seguintes:(1) O Conselho de Ministros reúne ordinariamente, à 5.ª., todas as semanas, embora delibere acerca de atos legislativos apenas uma vez por mês;(2) Os projetos de diplomas legislativos do Governo devem ser obrigatoriamente acompanhados dos projetos de regulamentação necessários à sua implementação (componente da medida Regular Melhor, inscrita no Programa Simplex+2016);(3) É exigido o parecer da Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa sempre que dos diplomas resulte um aumento dos encargos administrativos ou outros custos de contexto / custos adicionais;(4) Princípio da concentração da vigência de novos atos normativos: são fixadas duas datas por ano para a entrada em vigor da legislação que altere o enquadramento jurídico das empresas (salvo exceções previstas no Regimento) ; (5) garantir o acesso fácil do cidadão à legislação, através da criação de mecanismos de linguagem clara	Número de Decretos-Lei aprovados sem a regulamentação complementar	0		Pareceres da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa	115		Registo das faltas de regulamentação					
Transpor a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais	Modernização do Estado	4	Transpor a diretiva	Assegurar a transposição da Diretiva em causa para o ordenamento jurídico nacional.	n.º de atos alterados											
Implementar a Diretiva nº.2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno	Modernização do Estado	4	Transpor a diretiva.	Estudo rigoroso com vista a transpor a o que ainda possa falta da Diretiva	n.º de atos alterados											
Agilizar a ação executiva	Modernização do Estado	4	Reduzir o número de pendências na ação executiva. Aumentar a celeridade de distribuição de processos e celeridade de decisão. Conferir maior exatidão às estatísticas da ação executiva	Consolidar soluções operacionais técnicas, em particular soluções informáticas que permitam ganhos de eficiência e transparência, que passem por permitir o acesso ao CITIUS por parte dos agentes de execução	Variação percentual do número de pendências na ação executiva cível	-5%	-22%									
Aumentar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais	Modernização do Estado	4	Reduzir o número de processos pendentes nos Tribunais Administrativos e Fiscais e aumentar a eficácia na jurisdição.	Implementar um conjunto de medidas com vista ao aumento da capacidade de resposta dos TAF nomeadamente através do reforço dos recursos humanos e da melhoria dos sistemas de gestão processual e do tribunal.	Variação da taxa de crescimento das pendências dos tribunais administrativos e fiscais, tendo por referência inicial o ano 2015	-1%	-4%									
Plano de modernização tecnológica do Sistema Judicial	Modernização do Estado	4	Agilizar os processos judiciais; Diminuir pendências; Aumentar a transparência estatística do sistema judiciário.	Implementação de um alargado conjunto de iniciativas que irão ter impacto na agilização dos processos nas várias áreas da Justiça - a Cível, Laboral, Penal, Família e Menores, Administrativa - e de outras que permitirão aos conselhos de gestão das comarcas e aos respetivos Conselhos Superiores, através de indicadores harmonizados, conhecer e gerir os recursos consoante a evolução das pendências processuais.	Variação das pendências nas execuções e nas insolvências, tendo por referência inicial o ano 2015	-5%	-22%									
Combater o crime económico, designadamente a corrupção	Modernização do Estado	4	Redução do tempo das investigações; Aumento da capacidade de reprimir o crime; Aumento da confiança dos cidadãos e agentes económicos na justiça penal e no Estado	Operacionalização da Unidade Nacional de Investigação da Criminalidade Informática (UNICI) da Polícia Judiciária (PJ) que inclui um setor de investigação de fraudes relativas a meios de pagamento e sistema bancário (fishing; burlas informáticas; segurança das transações comerciais). Robustecimento da cooperação policial internacional da PJ. Dinamização do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB - Alinhamento das estratégias da PJ, inspeção Geral dos Serviços da Justiça (IGSJ) e Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) na deteção e repressão dos ilícitos na área da contratação pública, ações executivas e insolvências e corrupção.	Variação percentual da receita do GAB, resultante da atividade ilícita	30%	1367%									
Reforçar a resposta dos meios de resolução alternativa de litígios	Modernização do Estado	4	Aumentar o número de processos resolvidos nos meios de resolução alternativa de litígios.	Reforçar e capacidade dos meios de Resolução Alternativa de Litígios (RAL) de modo a garantir a obtenção de uma decisão em tempo útil	Movimento de processos findos nos centros de arbitragem	10%	13%									
Descongestionar os tribunais	Modernização do Estado	NA	Reforçar a tutela jurisdicional efetiva através da(o):Diminuição do tempo de duração dos processos judiciais;Simplificação do acesso do cidadão à justiça;Aumento da eficiência dos procedimentos;Monitorização da atividade processual desenvolvida pelos tribunais;Diversificação de soluções, designadamente tecnológicas.	Reforço da capacidade de gestão das comarcas;Reajustamento do mapa judiciário reforçando a especialização e a proximidade.	Diminuição do "Disposition time" (DI): (indicador que mede, em dias, o tempo que seria necessário para concluir todos os processos que estão pendentes no final de um determinado período, tendo por base o ritmo do trabalho realizado nesse mesmo intervalo d	-90	-99									
Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização do Estado	1	Promover o acompanhamento mais próximo das PPP locais e regionais	Garantir, através da legislação em matéria de execução orçamental, a obrigatoriedade e frequência do reporte de informação sobre PPP locais e regionais, aumentando o escrutínio destas operações	Nº de Reportes pelos municípios de PPP locais	4	1	Elaboração de relatório anual no Portal Autárquico	1	1						
Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização do Estado	NA	Implementar instrumentos legais e administrativos que mitiguem ou eliminem práticas abusivas e que distorcem a concorrência nos mercados públicos.	Transpor a diretiva referente aos mercados públicos, através da adaptação do Código dos Contratos Públicos.	NA											
Reforçar o papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização do Estado	NA	Assegurar que as autarquias locais são a estrutura fundamental de gestão de serviços públicos de proximidade, numa lógica de descentralização e subsidiariedade.	Preparação de um novo quadro de competências das autarquias locais e demais entidades da administração local, no contexto de um novo modelo territorial, com diferenciação das competências das freguesias em função da sua natureza.	Identificação das áreas a descentralizar	36	Executado	Elaboração da iniciativa legislativa quadro e do correspondente enquadramento financeiro	Aprovação em CM	Proposta de Lei de descentralização de competências aprovada em CM e apresentada à Assembleia da República.	Preparação de Diplomas setoriais, por área de descentralização	20	Diplomas setoriais em preparação, envolvendo áreas de competências correspondentes a 16 Ministros(as).	25%	Avaliação do processo de descentralização de competências para as autarquias locais (municípios e freguesias)	
Democratizar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização do Estado	NA	Definição de um novo modelo territorial, assente em 5 regiões de planeamento e de desenvolvimento territorial (correspondentes às áreas de intervenção das CCDR), a par do aumento da legitimidade democrática das CCDR.	Promoção da legitimidade democrática das CCDR, a par da reorganização dos serviços desconcentrados e alargamento da rede de serviços de proximidade.	Eleições para os órgãos executivos das CCDR			Integração de serviços desconcentrados do Estado nas CCDR								
Reforçar a cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Modernização do Estado	NA	Promoção da cooperação intermunicipal através das CIM e transformação das atuais AM, reforçando a sua legitimidade democrática, com órgãos diretamente eleitos.	Aprofundamento da cooperação entre municípios pela potenciação das CIM, e promoção do novo modelo de governação resultante da democratização das CCDR e da criação de autarquias metropolitanas	Revisão das atribuições, órgãos e modelos de governação e de prestação de contas das CIM			Avaliação do processo de reforço de cooperação das CIM e da transformação das AM								
Transferir infraestruturas para o poder local	Modernização do Estado	NA	Aumentar a eficiência da gestão as infraestruturas portuárias	Transferência para os municípios da jurisdição e gestão das infraestruturas portuárias da náutica de recreio, portos de pesca e estruturas secundárias de pesca.	nº de infraestruturas transferidas	0	Lei de autorização legislativa apresentada na AR 3 contratos de gestão assinados (Olhão, Lagos e Póvoa do Varzim)	Nº PME abrangidas	8 150		Aumento dos Capitais Próprios nas PME (ME)	1 700				
Digitalizar e disponibilizar conteúdos audiovisuais (RTP)	Modernização do Estado	NA	Assegurar o acesso à generalidade da população dos arquivos da RTP de forma universal e gratuita.	Digitalizar e disponibilizar online o arquivo da RTP, que representa o maior acervo audiovisual do país.	nº de conteúdos disponibilizados	25 000	28 300									
Capitalizar - Instrumentos Financeiros	Capitalização de empresas	3	Apolar de forma intensiva a capitalização de empresas.	Financiamento de instrumentos de capitalização e de dívida de empresas em fase de criação, crescimento, inovação e internacionalização.	Nº de empresas abrangidas	15.000	21.471	Montante de financiamento à economia (ME)	2.000	1.795	Volume de emprego gerado (postos de trabalho)	300.000	278.588			
Fundo Capitalizar – Reestruturação e crescimento	Capitalização de empresas	3	Incentivar a reestruturação empresarial	Financiamento de instrumentos de capitalização de empresas em processos de reestruturação	Nº Empresas abrangidas	1 100		Montante de "new money" injetado na economia (ME)	100							
Promover a participação de empresas nos mercados de capitais	Capitalização de empresas	3	Promover a diversificação das fontes de financiamento de PMEs e Mid Caps.	Promoção da capitalização de empresas pela via de projetos de natureza demonstradora (Campanhas de sensibilização e Ações de Assistência Técnica, incluindo plataformas de apoio a investidor).	Nº Empresas abrangidas	500										
Avallar a função dos credores públicos em processos de recuperação	Capitalização de empresas	3	Otimizar o enquadramento legal relativo à reestruturação. Promover uma atuação conjunta e articulada na resposta dos credores públicos aos casos de reestruturação empresarial	Melhoria da articulação da Segurança Social e da Autoridade Tributária para gestão articulada dos créditos públicos, a criação de um balcão único, SIMPLEX + Revisão do regime de reversão de créditos tributários nos casos de substituição de administradores de empresas em reestruturação	NA			NA								

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Capacitar e melhorar a qualidade da atuação dos administradores judiciais	Capitalização de empresas	4	Otimizar o enquadramento legal relativo à reestruturação. Promover uma atuação conjunta e articulada na resposta dos credores públicos aos casos de reestruturação empresarial	Reforço da capacitação dos Administradores Judiciais (AJ) e introdução de medidas de promoção da celeridade e resolução processual nos processos de insolvência; Reforço das medidas de fiscalização em colaboração com a CAJ	Número anual de ações de Formação dirigidas a Administradores Judiciais	10	20									
Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Capitalização de empresas	3/4	Fomentar a utilização pelas empresas das ferramentas de alerta precoce de dificuldades - Early Warning, visando incrementar a taxa de sucesso dos processos de reestruturação empresarial, pela antecipação do início dos processos e pela elevação do nível e qualidade e consistência dos planos de reestruturação apresentados pelas empresas, bem como reduzir a perda de capacidade produtiva e exportadora, de postos de trabalho e competências agregadas.	• Disseminação de um mecanismo de early-warning potenciando a informação comunicada no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) com subsequente alerta às empresas (ex.: alerta de insuficiência de capitais próprios, indicando a necessidade do seu reforço e alternativas para a respetiva execução);• Sensibilização de empresas e agentes da envolvente empresarial, através de campanha comunicacional, realização de ações de informação e sensibilização;• Ações de capacitação de agentes da envolvente empresarial;• Aconselhamento, assistência técnica e intermediação em processos de reestruturação;• Produção e disponibilização de conteúdos comunicacionais e formativos;• Disponibilização de assistência em domínios específicos relevantes para o sucesso dos processos de reestruturação através da mobilização de competências externas (domínios: jurídico, fiscal, financeiros, estratégico, etc.).	Empresas abrangidas pelo mecanismo de early warning (nº empresas/ano)	400 000	0	Empresas contactadas e ou envolvidas em ações de sensibilização, aconselhamento e ou assistência	3 800	1 000						
Tratamento fiscal sem discriminação negativa do capital próprio	Capitalização de empresas	3	Reforçar os incentivos ao financiamento das empresas com recurso a capitais próprios. Reforçar a posição de Portugal, no plano tributário, na captação de poupanças para direcionamento ao investimento empresarial.	Promover o financiamento das empresas mediante o recurso a capitais próprios que contribuam para a redução dos níveis de endividamento junto do sistema bancário, designadamente através da revisão do regime de remuneração convencional do capital social previsto no artigo 41.º - A do EBF	Número de empresas que beneficiaram do novo regime											
Outras medidas fiscais de promoção da capitalização	Capitalização de empresas	3	Reforçar os incentivos ao financiamento das empresas com recurso a capitais próprios. Reforçar a posição de Portugal, no plano tributário, na captação de poupanças para direcionamento ao investimento empresarial.	Revisão do regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos, tomando-o mais eficaz no incentivo à retenção de lucros por parte de PME e ao respetivo reinvestimento na atividade produtiva. Revisão das regras e incentivos fiscais incidentes sobre o financiamento sob a forma de dívida ou por capitais próprios, designadamente dos aplicáveis a operações de conversão de dívida em capital. Atribuição de um crédito fiscal aos sócios, pessoas singulares, de empresas cujo capital próprio seja igual ou inferior a metade do capital social e que realizem entradas em dinheiro para repor o capital social.	Número de empresas que beneficiaram do novo regime			NA	NA		NA					
Eliminar as taxas moderadoras do acesso ao serviço de urgência sempre que o utente seja referenciado	Coesão e Igualdade	1	Promover a articulação e circulação entre níveis de cuidados	Isenção do pagamento de taxas moderadoras nos casos em que o utente é referenciado pelo seu médico de família, INEM, e Centro de Atendimento do SNS (Linha Saúde 24)	N.º episódios isentados por referência do médico dos CSP (estimados)	354.536	29.545	N.º de episódios isentados por referência do INEM (estimados)	1.114.047	92.837	N.º episódios isentados por referência do Centro de Atendimento (Linha Saúde 24) (estimados)	826.460	68.872			
Rever o sistema de isenções e dispensas do pagamento de taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	1	Promover o acesso	Dispensar o pagamento das taxas moderadoras nos MCDT efetuados no âmbito das sessões de hospital de dia; isentar do pagamento de taxas moderadoras aos bombeiros, dadores de sangue, dadores de tecidos, células e órgãos	Número de MCDTs realizados em hospital de dia	2.026.452	510 148	Número de utentes isentos	965.130	1.702.315						
Reduzir o valor global das taxas moderadoras	Coesão e Igualdade	1	Reduzir os encargos para as famílias	Diminuir a comparticipação dos utentes nos custos	% Redução dos encargos dos utentes face a 2015	25%	25%									
Repor o direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas	Coesão e Igualdade	1	Promover o acesso	Aliviar o peso dos custos a cargo dos utentes	Número de transportes gratuitos	5.542.007	2.567.579									
Ampliar e melhorar a cobertura do SNS nas áreas da Saúde Oral e da Saúde Visual	Coesão e Igualdade	1	Promover o acompanhamento da população patologias frequentes do âmbito visual e oral	Alargamento da cobertura do SNS nas áreas da Saúde oral e visual através da capacitação com recursos humanos especializados e implementação de rastreios populacionais.	Número de Centros de Saúde com médicos dentistas - projeto piloto	91	39	Número de ACES com rastreios oftalmológicos - projeto piloto	28	4						
Contratar mais médicos de família	Coesão e Igualdade	1	Garantir um médico de família para cada utente	Contratação de médicos aposentados	Número de contratos anuais realizados com médicos aposentados	500	336									
Expandir os cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório	Coesão e Igualdade	1	Melhoria de resposta nos cuidados continuados domiciliários e de ambulatório	Promover o apoio no domicílio e em ambulatório aos cidadãos idosos ou em estado de dependência	Número de novas equipas de cuidados continuados integrados/unidades de dia e promoção de autonomia (unidades/equipas; lugares)	Meta em 2016 - 300	0	Meta em 2017 - 800	275		Meta em 2018 - 1333					
Reforçar a RNCCI	Coesão e Igualdade	1	Reforçar a rede nacional	Aumento do número de lugares em cuidados continuados integrados em todas as suas tipologias de internamento (com especial incidência nos grandes centros urbanos)	Número estimado de novas camas/lugares - Convalescença/ UMDR / ULDM	Meta 2016: Convalescença - 35 / UMDR - 240 / ULDM - 419	Convalescença - 47 / UMDR - 272 / ULDM - 312	Número estimado de novas camas/lugares - Média duração	Meta 2017 - Convalescença - 400/ UMDR - 100 / ULDM 700	Convalescença - 198; UMDR - 180; ULDM - 165	Número estimado de novas camas/lugares - Longa duração					
Desenvolver a componente de saúde mental na Rede Integrada de Cuidados Continuados	Coesão e Igualdade	1	Promover a assistência na saúde mental	Assegurar a capacidade de resposta no âmbito da saúde mental	Número estimado de novas equipas e unidades de saúde mental (lugares/camas)	366	366	Meta 2017 - 533	360							
Melhorar a resposta dos cuidados paliativos e implementar cuidados paliativos pediátricos	Coesão e Igualdade	1	Reforçar a assistência em cuidados paliativos	Melhoria da acessibilidade dos doentes a cuidados paliativos, qualquer que seja a sua idade ou doença	Equipas Intra Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos	100%	88% (44 dos 50 hospitais/centros hospitalares)	Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos (1 equipa por ACES ou ULS). Se o ACES não tiver equipa, o Hospital pode desenvolver equipa domiciliar de CP	100%	38.5% (20 escsp PARA 52 ACES/ULS)	Cobertura territorial em % de lugares/camas de Cuidados Pediátricos Integrados	100%	35%	Formação e capacitação dos profissionais saúde em CP (pré e pós-graduada); Formação básica em CP nos planos curriculares de todas as escolas medicina, enfermagem, psicologia e serviço social	100% Escolas médicas e enfermagem	100% Escolas têm formação pré-graduada CP (obrigatória em 3); elaborada proposta plano curricular mínimo para alunos medicina, enfermagem, aprovada pela OE e apresentada a todas as escolas públicas enfermagem
Criar um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA	Coesão e Igualdade	1	Introduzir progressivamente o livre acesso e circulação dentro de unidades do SNS	Promoção do acesso e a livre circulação dos utentes no SNS, nomeadamente em áreas onde o tempo de espera ainda é significativo; consultas de especialidade, cirurgias, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica	Mediana do Tempo de Espera da Lista de inscritos para cirurgia em dias	90	115	% de inscritos para cirurgia que ultrapassa o Tempo Máximo de Resposta Garantido	5%	17%	% Consultas realizadas em cumprimento do tempo máximo de resposta garantido	95%	72%			
Implementar os Centros de Referência, reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas	Coesão e Igualdade	1	Promover uma maior qualidade	Promoção da concentração de recursos técnicos e tecnológicos altamente diferenciados, de conhecimento e experiência, sendo capaz de conduzir formação pós-graduada e investigação científica nas respetivas áreas médicas	Número de Centros de Referência reconhecidos	74	90									
Criar o Conselho Nacional dos Centros Académicos	Coesão e Igualdade	1	Reforçar as condições para a investigação, o ensino e o desenvolvimento	Desenvolver parcerias com as faculdades de medicina para o desenvolvimento da formação clínica	Número de Centros Académicos Reconhecidos	8	7									
Promover a gestão reformista do sistema de pensões	Coesão e Igualdade	1	Garantir a sustentabilidade a médio prazo e melhorar a adequação do sistema de pensões	Reativação do mecanismo de atualização automático das pensões e abrangência de maior número de pensões a terem a atualização máxima; Suspensão, em 2016, da antecipação da pensão antes dos 60 anos e revisão do regime de pensões antecipadas; Avaliação das alterações introduzidas no Fator de Sustentabilidade; Estudo sobre a diversificação de fontes de financiamento da segurança social; Promoção do agravamento das contribuições para empresas que revelem excesso de rotatividade laboral, bem como reavaliar o modelo de isenções e reduções contributivas; Extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade.	NA											
Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coesão e Igualdade	1		Aprofundamento da convergência do regime da Caixa Geral de Aposentações com o regime geral de Segurança Social	NA											
Combater a fraude e a evasão contributiva	Coesão e Igualdade	1	Combater a fraude e evasão	Definição de medidas de combate à fraude e evasão contributiva, por via da alteração do processo de declaração de remunerações à Segurança Social, da flexibilização dos mecanismos de cobrança de dívida, da recuperação e redução do volume de prestações sociais atribuídas indevidamente, do reforço da fiscalização, no âmbito do estabelecimento de planos de combate à fraude e à evasão	NA											
Simplificar o sistema da Segurança Social	Coesão e Igualdade	1	Obtenção de ganhos de eficiência	Código Prestacional da Segurança Social: Unificação num diploma único os vários atos legislativos que criem e regulem prestações sociais, simplificando a malha de prestações que concorram para o mesmo fim; Desmaterialização progressiva dos processos de atendimento, em 2017 e 2018; Implementação, em 2018, de novas funcionalidades que permitam a consulta da carreira contributiva e o histórico de prestações auferidas e a previsão do valor da pensão a receber, a submissão online de requerimentos e a exploração do potencial dos dispositivos móveis enquanto canais emergentes de comunicação.	NA											
Reforçar o modelo da condição de recursos em prestações sociais de natureza não contributiva	Coesão e Igualdade	1	Adequação da despesa em prestações não contributivas aos seus objetivos	Reavaliação e reforço, até 2019, da coerência do modelo de aplicação da condição de recursos nas prestações sociais de natureza não contributiva	ND											
Combater a pobreza nas crianças e jovens	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização dos montantes do abono de família, bem como da majoração monoparental e da bonificação por deficiência, abrangendo 1,1 milhões de crianças e jovens em 2016; Alargamento faseado até aos 36 meses do direito à majoração garantida até 2016 às crianças com idades até 12 meses; Definir a estratégia de combate à pobreza de crianças e jovens, ancorada numa abordagem integradora no combate à pobreza, que articule diversas medidas setoriais (educação, saúde, ...), potenciando sinergias e aposte em medidas de proximidade, de acordo com uma estratégia centrada no território, com um papel central do abono de família; reformulação das classes de rendimento de acesso ao abono de família; Prosseguir a reformulação das classes de rendimento de acesso ao abono de família ; Reconfigurar o abono de família por forma a permitir a conjugação com medidas complementares do lado dos serviços públicos (de educação e saúde); Implementar um sistema de indicadores de alerta de situações de precariedade social, a partir do acompanhamento das crianças beneficiárias de abono de família, possibilitando uma ação mais integrada do sistema de proteção social, em casos de acionamento.	N.º crianças e jovens abrangidos (2016)	1 100 000	1,1 milhões de crianças e jovens	Nº de crianças abrangidas pelo alargamento faseado até aos 36 meses do direito à majoração garantida até 2016 às crianças com idades até 12 meses	100.000	crianças entre 12 e 36 meses com abono de família a 31/12/2017 = 122.802 (das quais 23.006 do 4º escalão)						
Repor mínimos sociais (RSI e CSI) e promoção de inclusão social no Rendimento Social de Inserção (RSI)	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização do valor de referência do Rendimento Social de Inserção (RSI), para €180,99, e alteração da escala de equivalência garantindo a cobertura de 240 mil pessoas em 2016. Atualização em 2017, repondo mais 25% da redução operada na anterior legislação. Reavaliação da eficácia dos programas de inserção, para que se promova uma efetiva inclusão social. Reposição do valor anual de referência do complemento solidário para idosos (CSI) em 5022 euros (desde 1/1/2016) e aumento para 5059 (desde 1/4/2016), abrangendo 200 mil idosos em 2016. Atualização em 2017, em linha com a evolução dos preços de 2016.	N.º abrangidos pelo RSI (2016)	240.000	220.043 em 31/01/2018	N.º idosos abrangidos pelo CSI (2016)	200.000	166.138 em 31/01/2018						
Atualizar a retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar que a evolução relativa ao salário mínimo seja consistente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade das empresas, reforçando o rendimento disponível das famílias, tendo em conta os seus efeitos positivos sobre o consumo privado.	Definir uma política de rendimentos numa perspetiva de trabalho digno e, em particular, garantir a revalorização do salário mínimo nacional	Valor da RMMG	600€ (2019)	580€ (2018)									
Apoiar excecionalmente o emprego, na sequência da retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade	NA	Assegurar que a evolução relativa ao salário mínimo seja consistente com os objetivos de promoção do emprego e da competitividade das empresas, reforçando o rendimento disponível das famílias, tendo em conta os seus efeitos positivos sobre o consumo privado.	Em 2016: redução em 0,75 p.p. no valor da taxa contributiva a cargo das entidades empregadoras, referentes a contribuições relativas às remunerações devidas entre os meses de fevereiro de 2016 e janeiro de 2017, resultante do aumento da RMMG; Em 2017: redução de 100 euros no Pagamento Especial por Conta (PEC) para todas as empresas sujeitas ao seu pagamento, para vigorar a partir de março de 2017 e até ao final de 2018, e uma descida adicional de 12,5% do remanescente da coleta paga por cada empresa.												
Aumentar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa (proteção na deficiência)	Coesão e Igualdade	NA	Reforçar a proteção na deficiência	Aumento do montante do subsídio por assistência a 3ª Pessoa para 101,17 euros, abrangendo 13 mil pessoas em 2016	Pessoas	13.000	13.186									

Nome da Medida	Pilar do PNR	Número da REP / Major Economic Challenges	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 1 de Execução - Meta	Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	Indicador 2 de Execução - Meta	Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	Indicador 3 de Execução - Meta	Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	Indicador 4 de Execução - Meta	Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Prestação Social para a Inclusão	Coessão e Igualdade	NA	Tornar mais eficiente e alargar a cobertura da proteção na deficiência	Definição de uma prestação para a deficiência/incapacidade que agregue as principais prestações pecuniárias neste domínio e que inclua uma componente de base inspirada num princípio de cidadania, uma componente de compensação de encargos específicos e uma componente de combate à pobreza.	Número de pessoas com deficiência abrangidas	120.000	66470 beneficiários (Janeiro 2018)	Despesa mensal (Janeiro 2018)		17,6 milhões de euros						
Promover uma medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração	Coessão e Igualdade	NA	Alargar a cobertura da proteção no desemprego de longa duração	Apoio, pecuniário de carácter extraordinário (correspondente a 80% do montante do subsídio social de desemprego cessado) atribuído durante um período máximo de seis meses a desempregados inscritos que tenham cessado o período de concessão do subsídio social de desemprego inicial ou subsequente há um ano.	Desempregados apoiados	Pagamento mensal a 3.000 beneficiários (média mensal)	2893 beneficiários (média mensal Janeiro 2017)									
Rever o regime do Trabalhador Independente	Coessão e Igualdade	NA	Reforçar a cobertura da proteção no desemprego e reforçar a proteção social dos trabalhadores independentes e combater a precariedade	Realização de uma revisão ao modelo vigente do regime de trabalho independente, que permita: avaliar a proteção no desemprego para TIs detetando eventuais ineficiências; Reavaliar o regime de entidades contratantes; Rever as regras para determinação do montante de contribuições dos trabalhadores de recibos verdes, para que estas contribuições passem a incidir sobre o rendimento efetivamente auferido, tendo como referencial os meses mais recentes de remuneração.	ND											
Atualizar o Indexante de Apoios Sociais	Coessão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Atualização a partir de 2017 do Indexante de Apoios Sociais, valor de referência com impacto em diversos apoios sociais (ex.: limite máximo do subsídio de desemprego, valor do subsídio social de desemprego, limite mínimo do subsídio de doença, montante do subsídio por morte, entre outras).	Atualização do IAS		Atualizado a 1 de Janeiro de 2018 para 428,9 euros									
Promover a inclusão social através de programas dirigidos a pessoas em situação de maior vulnerabilidade	Coessão e Igualdade	NA	Assegurar uma cobertura adequada da proteção social.	Contratos Locais de Desenvolvimento Social - Promover a inclusão social, de forma integrada e multisetorial, através de ações a executar em parceria que contribuirão para a empregabilidade, combate à pobreza e exclusão social. Rede Local de Intervenção Social - Dinamizar um modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local, em que se pretende apoiar os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das pessoas em situações de risco e vulnerabilidade socioeconómica. Programa Operacional de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas - Este programa, apoiado pelo FEAC, visa o apoio alimentar a populações mais vulneráveis, designadamente através da aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou de bens de primeira necessidade.	N.º de pessoas com deficiência abrangidas	120.000										
Modelo de Apoio à Vida Independente	Coessão e Igualdade	NA	Possibilitar Assistência Pessoal a Pessoas com deficiência ou incapacidade para a realização de tarefas quotidianas e de participação, nos diversos domínios da vida	Projetos-piloto para o período 2017-2020, financiados pelo Portugal 2020 - Domínio Inclusão Social e Emprego, para a disponibilização de Assistência Pessoal através de Centros de Apoio à Vida Independente	Pessoas com deficiência ou incapacidade apoiadas	240 a 500 (em 36 meses até 2020)	Não aplicável. A medida ainda não tinha sido aprovada.									
Cultura para Todos	Coessão e Igualdade	NA	Integração e inclusão dos portugueses pela prática artística. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. Inclusão ativa com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.	Promover o desenvolvimento das competências socioprofissionais, pessoais e sociais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	nd	0	Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	nd	0						
Solucionar os elevados níveis de non-performing loans nos bancos	Outras medidas	3	Clarificar o entendimento dos impactos fiscais associados ao desconhecimento de créditos vencidos num cenário de imparidade total	Clarificar o entendimento sobre as condições em que poderá ocorrer o desconhecimento de créditos vencidos há mais de 24 meses, num cenário de imparidade total, designadamente se será suficiente, nestes casos, a manutenção de registo de créditos abatidos ao ativo em rubricas extrapatrimoniais ou se haverá necessidade de documentação adicional de suporte a integrar no dossier fiscal	NA	NA										
Melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT	Outras medidas	NA	Combate à fraude e evasão fiscais Cooperative compliance	Plano estratégico de combate à fraude e evasão fiscais 2015-2017 Acompanhamento especial dos contribuintes singulares de elevada capacidade Criação dos mecanismos de troca de informação sobre informação financeira Incorporação gradual de orientações contra a erosão de bases tributáveis (projeto BEPS). Introdução do "country by country reporting" no âmbito específico da tributação das empresas multinacionais Proceder a uma reorganização da ação externa local no âmbito da promoção e apoio ao cumprimento voluntário	Aumento do rácio entre o cumprimento voluntário e o cumprimento coercivo											
Alterar a intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas.	Outras medidas	3	Cooperative compliance	O enquadramento da intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas ser flexibilizado e articulado com outros credores públicos por forma a facilitar a continuação da atividade e o consequente cumprimento voluntário das obrigações fiscais por parte de empresas viáveis.	NA											
Eliminar exigências excessivas ou desproporcionadas (custos de contexto)	Outras medidas	4	Redução dos custos de contexto inerentes ao cumprimento das obrigações tributárias	Aprovar um conjunto de medidas de simplificação administrativa para reduzir custos de contexto na vida empresarial, focando-as nos aspetos mais críticos da atividade das empresas e na eliminação de exigências excessivas ou desproporcionadas/simplex, nomeadamente através do alargamento da medida IES.	NA											
Reduzir a incerteza e a instabilidade fiscal	Outras medidas	NA	Redução dos custos de contexto inerentes ao cumprimento das obrigações tributárias	O elevado grau de incerteza atribuído ao sistema fiscal pode pesar na atratividade de Portugal como país de destino do investimento estrangeiro. O Governo adotou, inclusive, a prática de entrada de medidas com impacto nas empresas em vigor apenas a cada seis meses, por forma a garantir a maior estabilidade possível.	NA											
Melhorar a eficiência (Saúde)	Outras medidas	1	Promover a eficiência e sustentabilidade	Revisão dos preços dos medicamentos; Estimulo ao aumento da utilização de medicamentos genéricos; Estimativa de poupança global: compras centralizadas; poupanças de aumento da eficiência;	Preço médio de Venda ao Público	10	12	% genéricos no mercado do medicamento	63%	48%	Poupança estimada					
Programa SIMPLEX (Saúde)	Outras medidas	1	Promover a acessibilidade	Medidas SIMPLEX+: 1) "Recetta Sem Papel Plus" - Desmaterialização da receita médica (medida #205); 2) "Nascer com médico de família e boletins de saúde eletrónicos" (medida #1); 3) "Registo nacional de dados sempre atualizado (Medida #218)"; 4) "Ensaio clínicos digitais" (Medida #110).	% de receitas eletrónicas desmaterializadas	100%	99% (execução no SNS)									
Introduzir medidas de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS	Outras medidas	1	Transparência e responsabilização	Informação pública do desempenho do SNS: Medida Simplex + - Portal do Serviço Nacional de Saúde / App MySNS (medida #44) / App Poupe na Receita (medida #46)	Nº Visualizações do Portal SNS	36.630.600	2.700.000 (visitas)									
Combater a Fraude no SNS	Outras medidas	1	Garantir a boa utilização dos recursos públicos	Desenvolvimento e implementação de modelos de risco e deteção precoce de situações irregulares e potencialmente fraudulentas. Análise sistemática e monitorização das seguintes áreas: Cuidados de Saúde Primários; Cuidados de Saúde Hospitalares; Cuidados Respiratórios Domiciliários; Cuidados Continuados Integrados; Diálise e Transporte de Doentes não urgentes. Quantificação do impacto financeiro associado às medidas propostas na sequência da monitorização das áreas supra.	Monitorização das áreas CSP, CSH, CRD, CCJ, TDNU; Diálise - Montante escrutinado	2,3 mil ME	1,1 mil ME	Monitorização das áreas de contratação pública e patrocínios da indústria farmacêutica	1000 ME	376 ME	Produção de relatórios proactivos e reactivos	50 ME previstos	21 ME	Resultados de combate à fraude	100 Situações detectadas	78 Situações detectadas; 62 encaminhadas
Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Outras medidas	1	Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Criação de condições para a regularização das dívidas às entidades do setor	Custo com pagamento de dívidas	A estimar	902ME									
Reformar o modelo de gestão e de organização hospitalar e criação dos Centros de Responsabilidade Integrada (CRI)	Outras medidas	1	Rever os contratos de gestão	Aposta na autonomia e na responsabilização da gestão e na aplicação de incentivos ligados ao desempenho	Número de CRI's	5										
Reduzir o défice e a dívida pública	Outras medidas	1	Redução do défice e da dívida pública	Ganhos excecionais para acelerar o défice e de redução da dívida O plano de recuperação de dívidas fiscais e contributivas, assim como a recuperação da garantia do BPP, o pagamento de CoCos e a venda de ativos financeiros resultantes dos processos de resolução do Banif e BES serão usados para amortizar dívida.	Pagamento da dívida (em ME)	4 000	4 450									